

VIA Social

Impresso Especial
9912286212/2011-DR/SC
CRESS
CORREIOS



Jornal do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 12º Região Setembro de 2013



I CONGRESSO CATARINENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS



**Exercício
profissional,
formação e projeto
ético-político frente ao
desenvolvimentismo
na atualidade.**

A necessidade de criação de um espaço ampliado de debate com a categoria profissional acerca de temas que fundamenta a profissão foi concretizado através do I Congresso Catarinense de Assistentes Sociais. Um momento ímpar que com certeza ficará na história do Serviço Social catarinense.

Nesta edição do **Via Social** o tema central escolhido foi o temário do Congresso: **“Exercício profissional, formação e o Projeto ético político frente ao Desenvolvimento da Atualidade”**. Debate fundamental para entendermos as questões conjunturais que vivenciamos e os impactos sociais impostos à classe trabalhadora.

O **Artigo** (pág. 8 e 9) foi desenvolvido pela Assistente Social e Professora da UFSC, Ivete Simionatto e a entrevista publicada no **Sou Assistente Social** (pág. 15) com a funcionária da UFSC, Simone Matos machado, é focada na experiência de participar do I Congresso de Assistentes Sociais de Santa Catarina.

O II Fórum Estadual de Supervisão de Estágio de Santa Catarina e o I Congresso Catarinense de Assistentes Sociais está presente em **Eventos** (pág. 3 e 4). Fizemos um breve relato sobre a organização e as discussões que estiveram presentes nestes dias.

No **Fique Sabendo** (pág. 10) é a vez de debater sobre a II Plenária Estadual do Fórum dos Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS. Ainda nessa editoria apresentamos as publicações recentes do CFESS: “Meia Formação Não Garante Um Direito e a Política de Educação Permanente”. Publicações importantíssimas para o exercício profissional.

As **Comissões** de trabalho do CRESS apresentam um relato sobre as ações desenvolvidas pela Comissão de Orientação e Fiscalização no primeiro semestre de 2013. A Campanha sobre Autonomia Profissional, lançada no Congresso Catarinense, reforça e amplia a relação do CRESS com os profissionais e a sociedade. O debate acerca do desafio do trabalho do/da Assistente Social frente à população de rua é tema do CRESS em Debate. A Comissão de Políticas apresenta a sua programação de continuidade da discussão dos NUCRESS no Estado. *Para concluir a edição informamos sobre as Resoluções CFESS 582/2010 e 638/2012, que tratam sobre a interrupção do exercício profissional para profissionais acometido/a de doença crônico-degenerativa.*

Boa leitura!

Magali Régis Franz



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL CRESS 12ª REGIÃO

Rua dos Ilhéus nº 38 - Sala 1005
Ed. Aplub - Centro - 88010-560 - Florianópolis/SC
Fone: (48) 3224-6135

• DIRETORIA - GESTÃO 2011-2014

Magali R. Franz - CRESS nº 1168
Presidente
Luciana K. de Andrade - CRESS nº 1885
Vice-Presidente
Zenici D. Herbst - CRESS nº 3114
1ª Secretária
Rosinete D. Laurindo - CRESS. nº 1839
2ª Secretária
Kátia C. Figueiredo - CRESS nº 1023
1ª Tesoureira
Maristela A. dos Santos - CRESS nº 2271
2ª Tesoureira
Cristiane C. de Campos - CRESS nº 2396
1ª Suplente
Cória H. V. Assunção - CRESS nº 5268
2ª Suplente

• LICENCIADAS

Vanessa Rocha - CRESS nº 4105
Fernanda Tomasi - CRESS nº 3651

• CONSELHO FISCAL

Vera L. Caon - CRESS nº 3253
Presidente
Eliete M. de Lima - CRESS nº 1698
1ª Vogal
Eliana C. Fontana - CRESS nº 1881
2ª Vogal
Juçara R. Silva - CRESS nº 3949
1ª Suplente
Helena M. B. Brandão - CRESS nº 1658
2ª Suplente

• EQUIPE ADMINISTRATIVA

Maria Dolores Thiesen - CRESS nº 1811
Coordenadora Técnica
Fabiana L. Negri - CRESS nº 2076
Coordenadora Técnica
Edinaura Luza - CRESS nº 4398
Maiara P. S. Arten - CRESS nº 4976.
Agentes Fiscais
Tânia Regina Dingee
Gerente Financeiro
Lúcia Brunetto
Agente Administrativo
Maria Fátima Claudino
Assistente Administrativo
Nathanye Godinho
Estagiária
Daniel Colombo
Assistente de Informática
Cassiano Ferraz
Assessor de Comunicação

• COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Juçara R. Silva - CRESS nº 3949
Cristiane Selma Claudino - CRESS nº 1341
Magali R. Franz - CRESS nº 1168
Fabiana L. Negri - CRESS nº 2076
Cassiano Ferraz (SC 3481 JP)

Jornalista Responsável
Cassiano Ferraz (SC 3481 JP)

Projeto Gráfico e Diagramação:
Cassiano Ferraz
cassianoferraz@ibest.com.br

Fotos: Cassiano Ferraz e arquivo CRESS/CFESS

Impressão: Gráfica Agnus

Tiragem: 4.500 exemplares
Distribuição Gratuita

Sugestões, comentários e críticas
entre em contato: suporte@cress-sc.org.br
Site: www.cress-sc.org.br

DIA DO ASSISTENTE SOCIAL 2013

A exploração e a precarização do trabalho foram os motes da campanha em comemoração ao Dia do/da Assistente Social, celebrado em 15 de maio. Em Florianópolis foi realizado no dia 09 de maio o evento alusivo ao dia do/da Assistente Social.

O Seminário teve início às 16h na Assembléia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) com a fala de abertura da presidente do CRESS 12ª Região Magali Régis Franz.

Dando continuidade ao evento a professora da Universidade de Brasília Dra. Lúcia Lopes palestrou sobre “A Seguridade Social na Perspectiva Ampliada e a atuação profissional do/da Assistente Social”.

Representando o CFESS, o professor Marcelo Shtcovsky Santos Pereira, Doutor em Serviço Social, docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Paraíba (UFPB), participou da mesa redonda substituindo Kátia Madeira, que não pode estar presente. O Professor falou sobre “O/A Assistente Social em defesa da classe trabalhadora”.

Finalizando o evento no auditório da ALESC a coordena-



Fotos: Cassiano Ferraz

dora Técnica Maria Dolores Thiesen apresentou a nova identidade visual do CRESS 12ª Região.

Ao término do evento foi oferecido um coquetel de confraternização para os/as Assistentes Sociais que participaram do seminário.

I ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2013

Foi realizada na noite de 20 de junho de 2013 a I Assembleia Geral Ordinária de 2013 no auditório do CRESS 12ª Região.

A Assembléia teve início às 19 horas conforme programação e foi conduzida pela presidente do CRESS, Magali R. Franz. Na ocasião foram eleitos os Delegados que representarão o CRESS 12ª Região no Encontro Descentralizado (Porto Alegre - RS - pág. 05) e no 42º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS (de 05 a 08 de setembro em Recife - PE). Também foram apresentados os membros da atual gestão “Ética e Autonomia para Avançar na Luta”, diretoria e conselho fiscal, a equipe de trabalho do CRESS 12ª Região e as Comissões Permanentes e Temáticas.

Na sequência a presidente

Magali Franz destacou as atividades realizadas no primeiro semestre de 2013 e as programadas para o segundo semestre deste ano, assim como as estratégias para a implementação da Lei das 30 horas.

Além dos informes sobre os eventos que o CRESS participou, a Comissão de Orientação e Fiscalização - COFI - apresentou as principais audiências realizadas e as principais demandas atendidas.

Foram definidos como Delegados Titulares do Conselho:

Magali R. Franz, Helena M. B. Brandão, Kátia Figueiredo e Rosinete Laurindo.

As suplentes são: Eliéte M. de Lima, Zenici D. Herbst, Cória Helena Vieira e Maristela A.



dos Santos.

Definidas como representantes de base foram: Marta de Lourdes de Almeida Nunes, Natalli Pazini Silva, Maria Dolores Thiesen e Edinaura Luza.

As suplentes de base são: Fabiana Luiza Negri, Cristiane Claudino e Carolina Rodrigues Costa

Finalizando a I Assembleia Geral Ordinária de 2013 foi apresentado os objetivos, o público alvo e a programação do I Congresso Catarinense de Assistentes Sociais (pág. 06 e 07).

A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

A Lei de Regulamentação da Profissão do Serviço Social (Lei nº 8.662/1993), em seu Art. 5º, Inciso VI, indica que constitui-se como uma das atribuições privativas do/da Assistente Social o “treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários/as de Serviço Social”. Sendo assim, cabe a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) também orientar e fiscalizar o exercício da supervisão direta de estágio em Serviço Social.

Neste sentido, na intencionalidade de fortalecimento da dimensão político-pedagógica, assim como, da dimensão afirmativa de princípios e compromissos conquistados, em consonância com a defesa e aprofundamento do projeto ético-político da profissão, o CRESS 12ª Região, por meio da COFI, no Semestre 2013.1, empreendeu várias ações, dentre as quais, vale destacar:

- Composição de Mesa e realização de fala na Aula Inaugural do Curso de Serviço Social da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), abordando o tema: “Supervisão de estágio em Serviço Social: atribuições e desafios ético-políticos”.

- Realização de fala em Mesa Redonda no âmbito do Fórum Local de Supervisão de Estágio em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), abordando a mesma temática supracitada.

- Abordagem da temática junto a acadêmicos/as do Curso de Serviço Social da Univer-

sidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no âmbito do Projeto “CRESS na Academia”.

- Viabilização de visitas, reuniões, documentos, orientações em torno do exercício da atribuição privativa da supervisão direta de estágio.

Vale enfatizar que o estágio supervisionado, no que se refere às regulamentações do ensino superior brasileiro,

... o estágio supervisionado se coloca enquanto fase essencial para o exercício profissional do/da Assistente Social

está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)/1996 e na Lei nº 11.788/2008 – A Lei do Estágio. Já nas regulamentações da formação profissional do/a Assistente Social no Brasil, o estágio supervisionado está presente nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), nas Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) e na Política Nacional de Estágio (PNE), também ABEPSS. E nas regulamentações profissionais do/da Assistente Social no Brasil,

o estágio supervisionado está presente na Lei nº 8.662/1993 (Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social), no Código de Ética do/da Assistente Social e na Resolução CFESS nº 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

Neste contexto, a Campanha lançada pelo CFESS “Meia formação não garante um direito” vem destacar que o estágio supervisionado se coloca enquanto fase essencial para o exercício profissional do/da Assistente Social e considera que “a ação fiscalizadora do Conjunto CFESS/CRESS está sustentada em uma perspectiva normativa e político-pedagógica, o que exige dos conselhos regionais encaminhamentos administrativos, políticos e jurídicos, na defesa dos princípios de uma profissão socialmente referenciada”. É esse legado desta profissão que atualiza, com outros sujeitos políticos coletivos, a luta permanente no atual contexto em que o ensino superior enfrenta as injunções de interesses privatistas, com rebatimentos nas profissões, assim como na própria qualidade do trabalho profissional e do que dele resulta, qual seja o acesso, a ampliação e a garantia dos direitos (CFESS, 2013).

**Edinaura Luza - Agente Fiscal.
(CRESS nº 4398)**



3º COMUNICASUL

Foi realizado em 18 de julho deste ano o 3º COMUNICASUL. O evento reuniu representantes das comissões de comunicação e os assessores de comunicação dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná e antecedeu o Encontro Descentralizado, que esse ano foi realizado em Porto Alegre (RS).

O Objetivo do COMUNICASUL é a troca de experiências e debate em torno da comunicação em cada Estado e as formas de fortalecer a profissão de Assistente Social utilizando os meios de comunicação e as estratégias apresentadas na Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS.

O evento teve como convidado José Maria Rodrigues Nunes, Vice-Presidente Regional Sul da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

Nunes conversou com os conselheiros sobre a democratização da comunicação, a dificuldade de obter espaço na “grande mídia” para divulgar assuntos de interesse da categoria de Assistentes Sociais e as estratégias para utilizar as mídias alternativas.

Dando início às trocas de experiências, a comissão de comunicação do Paraná apresentou os materiais que hoje utiliza



Foto: Cassiano Ferraz

no seu Estado.

Na sequência foi a vez do CRESS 12ª Região, representado pela presidente Magali R. Franz e pelo assessor de comunicação, Cassiano Ferraz, apresentar suas estratégias de comunicação seguidos pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Após a apresentação foi exibido um vídeo comemorativo aos 50 anos do CRESS 10ª Região.

ENCONTRO DESCENTRALIZADO REGIÃO SUL

Nos dias 18, 19 e 20 de julho o CRESS Rio Grande do Sul reuniu conselheiros e Assistentes Sociais de base dos Conselhos do Paraná, Santa Catarina e do local para o Encontro Descentralizado da Região Sul, evento preparatório para o Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, que será realizado em setembro na cidade de Recife/PE. Na atividade as delegações da Região

Sul discutiram e votaram sobre as propostas dos eixos: Fiscalização Profissional, Formação Profissional, Administrativo-Financeiro, Seguridade Social, Comunicação, Ética e Direitos Humanos e Relações Internacionais. O documento final será levado ao Encontro Nacional para ser discutido com as delegações dos CRESS de todo o Brasil.

Antecedendo ao Encontro

Descentralizado, as Comissões de Orientação e Fiscalização (COFI) e de Comunicação dos três Estados realizaram Seminários paralelos.

No Seminário das COFIs, realizado paralelamente ao da Comunicação (leia acima), os membros

das comissões e os/as agentes fiscais dos três Conselhos debateram os limites, dificuldades e os avanços na operacionalização e na gestão dos processos referentes à fiscalização da profissão. A abertura ficou a cargo da coordenadora da COFI do CRESS/RS Sônia Almeida que falou sobre a “Valorização da Ação Fiscalizadora como ação precípua dos CRESS”.

No dia 19, após a leitura e a aprovação do Regimento Interno do Encontro Descentralizado, foi apresentada a palestra “Serviço Social na luta contra a exploração no trabalho”, pelo sociólogo e professor Giovanni Alves. Após a palestra, seguiram-se as discussões dos eixos temáticos durante a sexta-feira e sábado também.

Fonte: www.cressrs.org.br



Foto: Vanessa Martins - CRESS/RS

I CONGRESSO CATARINENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS

Foi realizado entre os dias 22 e 24 de agosto o I Congresso Catarinense de Assistentes Sociais (CCAS) em Florianópolis, capital de Santa Catarina.

O evento foi idealizado e organizado pelo CRESS 12ª Região, gestão **Ética e Autonomia para Avançar na Luta**, e nasceu da necessidade de criarmos um espaço ampliado de debate com a categoria profissional acerca de temas que fundamentam a profissão.

O debate coletivo dos/as conselheiros/as e trabalhadores/as do CRESS 12ª Região e



a troca de experiências com outros CRESS's, que já realizam congressos estaduais, permitiu a construção do I CCAS.

O evento teve início na tarde de quinta-feira (22/08) com o **II Fórum Estadual de Supervisão de Estágio de Santa Catarina** (foto acima). O Fórum teve participação acima da esperada com cerca de 150 participantes que lotaram a sala do evento. Palestraram nesse evento Olegna de Souza Guedes e Vilma Simão.

Para Luciana Koerich, vice-

presidente do CRESS 12ª Região, "o Fórum veio consolidar um espaço para a discussão da formação e do exercício profissional, legitimando a interação entre os/as Assistentes Sociais de campo, alunos, estagiários, supervisor acadêmico, todos envolvidos no projeto ético-político da profissão".

Às 19h a presidente do CRESS, Magali R. Franz, abriu oficialmente o I CCAS com a Conferência de Abertura **Exercício profissional, Formação e o Projeto ético-político Frente ao Desenvolvimento da Atualidade**. Os palestrantes foram Lúcio Flávio R. de Almeida e Maria Rosângela Batistoni.

Na manhã de sexta-feira (23/08) foi realizada a Mesa Redonda **Formação e Exercício Profissional: desafios e perspectivas à concepção de Serviço Social no contexto Latino Americano**, tendo como palestrantes a profª da UFSC Ivete Simionato e a presidente do CFESS, Samya Rodrigues.

A parte vespertina foi marcada pela **Apresentação de Trabalhos** inscritos por alunos e profissionais de Serviço Social nos seguintes eixos temáticos: 01 Trabalho, questão social e Serviço Social; 02 Serviço Social, fundamentos, formação e exercício profissional; 03 Política Social e Serviço Social; 04 Questão agrária, urbana, am-



biental e Serviço Social; 05 Ética, direitos humanos e Serviço Social e 06. Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidade.

Os trabalhos foram apresentados por eixo temático em salas separadas simultaneamente e cada participante teve 10 minutos para expor seus estudos. Foram cerca de 55 trabalhos apresentados.

Às 19h30 teve início a Mesa Redonda com o tema **Movimento Sindical e a atuação do Serviço Social nos espaços democráticos** com os palestrantes Paulo Rizzo e Sonia Lucio Rodrigues de Lima.

O último dia do evento, sábado (24/08), iniciou às 8h30 com as **Plenárias Simultâneas**. Foram sete temas:

- 01. Ética e direitos humanos: um debate necessário ao Serviço Social, apresentado por Hélder Boska Sarmento;
- 02. Trabalho e Transformações contemporâneas: os reatamentos no Serviço Social apresentado por Ricardo Lara;
- 03. O Trabalho com famílias no âmbito das políticas sociais apresentado por Regina Célia



Mioto;

- 04. Exercício profissional, autonomia e a dimensão ético-política dos instrumentais técnicos-operativos apresentado por Claudia Mônica dos Santos;

- 05. A atuação do Serviço Social no controle social e nos novos espaços democráticos: a luta pela ampliação da esfera pública apresentado por Maria Valéria Costa Correia;

- 06. A Previdência Social: desafios e perspectivas apresentado por Ana M. B. Cartaxo;

- 07. O SUAS e o exercício profissional: consolidação da política de assistência social - apresentado por Simone Albuquerque.

A coordenadora técnica do CRESS 12ª Região Fabiana Negri fez a abertura da última Mesa Redonda do I CCAS, tendo com o tema **As Políticas Sociais, o Fundo Público e os desafios ao Exercício Profissional**. Os palestrantes foram Evilásio Salvador e Beatriz Augusto Paiva (foto à direita).

O evento teve cerca de 300 participantes e foi avaliado como um sucesso pela comissão organizadora e elogiado pelos participantes e palestrantes. Para a presidente do CRESS 12ª Região, Magali Régis Franz, “a importância de promovermos eventos como o CCAS reside na possibilidade de construção de um espaço de aprofundamento da discussão acerca da formação e do exercício profissional pela categoria. Além de propiciar um



espaço de troca de experiências e de socialização dos conhecimentos da categoria nos diversos âmbitos de atuação e intervenção”.

O Congresso teve por finalidade propiciar o debate acerca do exercício profissional em interface com o processo de formação, atendendo uma demanda histórica da categoria, materializando-se por meio de um evento inédito.

Para a coordenadora técnica do CRESS e coordenadora da comissão organizadora do CCAS, Fabiana Negri, “o CCAS é um evento de muita importância para a categoria profissional por tratar-se de um espaço de reflexão do exercício profissional e do processo de formação, além de contribuir com a mobilização dos Assistentes Sociais no aspecto da organização política da profissão. Nossas expectativas foram atingidas em relação à participação dos Assistentes Sociais, uma vez que em nenhum outro momento tivemos tantos profissionais dispostos ao debate e à reflexão. Acredito que esse será o primeiro congresso de muitos, pois ficou muito claro

que eventos como este fortalecem a categoria profissional. Tivemos uma excelente participação, os debates e os palestrantes foram de um excelente nível, acho que este Congresso é um marco histórico para o CRESS/SC e para os profissionais que buscam avançar em suas reflexões e preocupam-se com sua qualificação”.



Na abertura do I CCAS a presidente do CRESS, Magali Régis Franz, lançou oficialmente a Campanha **Autonomia Profissional** (leia mais na página 13). Cada participante recebeu um cartaz, um marca páginas e um adesivo da campanha idealizada pela atual gestão.

A diretoria do CRESS e a comissão organizadora do I CCAS agradece a participação de todos os palestrantes, autores de trabalhos, alunos e profissionais que fizeram desse evento um sucesso. 



O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AO DESENVOLVIMENTISMO NA ATUALIDADE

Ivete Simionatto (CRESS nº 0266)

O primeiro Congresso Catarinense de Assistentes Sociais, ao trazer como eixo central o tema do “desenvolvimentismo”, coloca em debate questões de grande relevância na complexa conjuntura em que vivemos nas últimas décadas, atravessada pela crise estrutural global do capitalismo, cujos impactos são visíveis nas condições de vida de extensas camadas das classes subalternas, na precarização do trabalho, no crescimento do desemprego, no aumento da pobreza, da fome, da miséria e das diversas formas de violência. Embora este não seja o espaço para uma discussão mais abrangente sobre o termo “desenvolvimentismo”¹ (as mesas do congresso certamente irão aprofundar), vale destacar que essa corrente de pensamento já foi pauta relevante do debate na América Latina, especialmente entre 1930 e 1980. Nesse período, o pensamento crítico sobre o tema centrava-se na discussão do círculo vicioso da dependência e do subdesenvolvimento das economias latinoamericanas e na busca de soluções aos problemas fundamentais da população através de mudanças estruturais.

Na atualidade, o termo é retomado para designar o binômio “desenvolvimento econômico combinado ao desenvolvimento social”, e suas consequências repercutem não somente na economia, mas também nas

esferas política e ideológica. No âmbito da política, verifica-se a refuncionalização do Estado, concebido como promotor do bem-estar social, atento às políticas de redução da pobreza, de sensibilidade social, não se desviando, contudo, de seu compromisso com a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a competitividade internacional e as requisições do mercado.

O “novo” mote do chamado *neodesenvolvimentismo* vem alinhado ao “velho” campo ideológico do Banco Mundial, requisitando uma atuação conjunta entre Estado e mercado. Seus defensores atacam os preceitos privatizantes do neoliberalismo e defendem estratégias de desenvolvimento nacional, tendo como principais mantras o meio-ambiente, a ecologia, a sustentabilidade, a educação e a pobreza, a serem implementadas pela aliança entre Estado, capital e trabalho, não demarcando, contudo, a emergência de “um novo modelo de desenvolvimento social para o Brasil”, mas uma terceira via como atenuante das consequências do neoliberalismo, sem a proposição de mudanças voltadas a alterações concretas na superação das desigualdades.

Essa reconfiguração do Estado vem permeando a realidade brasileira desde o governo FHC, passando pelas administrações petistas de Lula e Dilma Rousseff, num processo

acelerado de contrarreformas, especialmente no campo das políticas sociais, em que o empresariamento e a refilantropização passaram a delinear as formas de enfrentamento da “questão social”, com políticas de privatização, terceirização, parcerias público-privado e fundações, práticas entranhadas na atual conjuntura em diferentes esferas de governo. O que se vive na atualidade sob o nome de desenvolvimentismo (ou *neodesenvolvimentismo*) é o projeto assumido pelas classes dominantes como “uma tentativa de acoplar uma agenda social ao projeto neoliberal”, com “intervenções pontuais do Estado e do chamado Terceiro Setor nas expressões mais explosivas da questão social”, restando incólumes os fundamentos do capitalismo.

Quais as principais implicações desta estratégia no campo das políticas sociais e no exercício profissional? Podemos enumerá-las:

- a política social concebida como política assistencial para os segmentos pobres e vulneráveis;
- a superação da pobreza, tomada como eixo estruturante da política social, impõe a centralidade em programas focalizados e compensatórios;
- desestruturação de uma perspectiva de universalidade das políticas sociais;
- indução à passividade das classes subalternas, excluindo-as do efetivo protagonismo de

¹ A respeito consultar os artigos de Castelo, Gonçalves, Sampaio, Pereira publicados em *REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE*. (Neo) Desenvolvimentismo & Política Social; MOTA, A. E (ORG). *Desenvolvimentismo e construção da hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade* (2012). ARCARY, V. *Um reformismo quase sem reformas, identificando uma crítica marxista do governo Lula* (2012).

transformação social.

No governo Dilma Rousseff, a partir de 2011, o discurso do combate à pobreza e do papel do Estado como propulsor do desenvolvimento econômico, combinado ao desenvolvimento social, adquire centralidade cada vez maior com os programas sociais de “transferências financeiras” ou “transferência de renda”, destacando-se o Programa Bolsa Família, complementado por outros como: Minha Casa Minha Vida, Benefício de Prestação Continuada; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Programa Brasil Carinhoso; Programa Luz para Todos; Programa Nacional de Inclusão de Jovens (urbano; campo e trabalhador); Política Nacional de Assistência Estudantil; Programa Universidade para Todos (PROUNI); Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), todos articulados sob a lógica de acesso ao consumo e a busca de equidade social.

Muito embora a expansão de tais programas no âmbito da política de Assistência Social nos últimos governos tenha apontado uma queda nos índices de desigualdade da renda, impõe-se a necessidade de uma análise mais aprofundada, uma vez que os recursos investidos em programas assistenciais focalizados e condicionados implicam, conseqüentemente, a redução dos gastos com as políticas sociais universais. Além disso, os ínfimos avanços obtidos contrastam com o crescimento do número de bilionários que, nos últimos anos, aumentou não só nos Estados Unidos, Índia ou Rússia, mas também no Brasil. Os grandes capitalistas nunca lucraram tanto como nos oito anos do governo Lula na pre-

sidência, a exemplo das instituições bancárias, que bateram todos os recordes de rentabilidade nesse período, ainda que o país siga com um dos maiores índices de desigualdade no mundo.

Nesse cenário, crescem os desafios aos Assistentes Sociais, em cujo cotidiano enfrentam, de um lado, sua própria condição de trabalhadores assalariados e, de outro, as dificuldades de atendimento às demandas da população pela restrição de recursos e pelo desmonte das políticas sociais públicas e universais, substituídas pelos programas seletivos e compensatórios de combate à pobreza. Essa complexa conjuntura exige, assim, um posicionamento forte e crítico do Serviço Social na progressiva e permanente luta pela ampliação de direitos democráticos fortalecedores da emancipação política, imprescindíveis à emancipação humana. Nesse sentido, torna-se imperioso:

- fortalecermos os princípios norteadores do projeto ético-político profissional, a fim de se aprimorar a compreensão crítica da atual conjuntura e a construção de estratégias de intervenção voltadas à defesa dos interesses dos usuários;

- aprofundarmos as estratégias para a ampliação dos direitos, revertendo sua redução, como vem ocorrendo, bem como para a preservação das políticas públicas de caráter universal;

- atuarmos ativamente nos programas de enfrentamento à pobreza, sem, contudo, compreendê-los como limites à superação das desigualdades;

- ampliarmos nossas referências teórico-metodológicas, a fim de compreendermos a

conjuntura presente de forma crítica, desvelando as mediações com o cotidiano profissional;

- fortalecermos a relação entre projeto profissional e projeto societário, não reduzindo o exercício profissional às ações técnico-operativas;

- potencializarmos a participação dos usuários, ampliarmos e fortalecermos espaços de luta coletiva, envolvendo desde as esferas locais (conselhos de bairro, conselhos de direitos) até as forças sociais mais amplas no controle democrático do Estado e na defesa das políticas sociais públicas. A ausência de recursos de ação coletiva e suas dificuldades de organização causam profundas desagregações no plano das relações sociais, impedindo que necessidades e demandas transformem-se em direitos e estes, em decorrência, em plataformas de luta política mais ampla.

Finalmente, é importante registrarmos o protagonismo dessa gestão na criação deste primeiro congresso acerca dos desafios do exercício e da formação profissional, asseverando a preocupação com o debate coletivo e democrático. Para Gramsci, os congressos científicos têm uma finalidade educadora e devem ser compreendidos como espaços para “reunir os intelectuais, concentrando-os e multiplicando a sua influência” tanto na vida universitária como na vida pública. O presente congresso representa, antes de tudo, portanto, um espaço político de formação de intelectuais e de disseminação das concepções de resistência e de luta dos Assistentes Sociais catarinenses.

Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS em Santa Catarina realiza Plenária Estadual

Em 30 de agosto de 2013 foi realizada em Florianópolis a II Plenária Estadual do Fórum dos Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS/SC FETSUAS/SC.

Participaram da Plenária Estadual os Representantes dos Fóruns Municipais - FMT-SUAS/SC e/ou Regionais de Trabalhadores/as dos SUAS-FORTSUAS/SC organizados e em processo de organização, os representantes das entidades nacionais, estaduais e municipais dos trabalhadores/as do SUAS, de natureza sindical, acadêmico-científico, de fiscalização do exercício profissional, de representação / categoria profissional, os Trabalhadores e Trabalhadoras com formação no ensino fundamental, médio e superior que atuam no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, na rede socioassistencial governamental e não-governamental.

A Plenária Estadual é o mais alto órgão deliberativo do FETSUAS/SC e neste ano foi debatida a Gestão do Trabalho no SUAS: (Des) Precarização e Financiamento. Num contexto marcado pelas transformações no mundo do trabalho, influenciadas pelo ideário neoliberal na organização e funcionamento do Estado, a precarização do trabalho no âmbito público e privado vem sendo abordada como um tema de extrema relevância para entender a situação atual dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS.

No cenário da Plenária foi lançada oficialmente a Campanha Nacional pelo Concurso Público e Contra a Precari-

zação do Trabalho no SUAS, idealizada pelo FNTSUAS com a presença dos dirigentes das principais representações das categorias profissionais do SUAS, com destaque para a presença do CRESS/SC que tem atuado ativamente na divulgação da Campanha.

Na II plenária foi realizado um balanço das lutas travadas pelo FETSUAS/SC, sendo que as pautas que tem norteado o movimento são:

- Encaminhamentos relativos à adesão e composição da Coordenação Estadual pelas Entidades representativas das categorias profissionais e Fóruns, uma vez em que nem todas as categorias profissionais integram o fórum, como os administradores, economistas, contadores, pedagogos e outras da Resolução CNAS N°17.

- Acompanhamento da criação dos Fóruns Municipais de Trabalhadores e trabalhadoras do SUAS SUAS/FMTSUAS e dos Fóruns Regionais, com participação na criação do FMTSUAS de Florianópolis, em Julho de 2013.

- Encaminhamentos quanto à situação do financiamento da Assistência Social em SC. O Fórum Estadual, em articulação com o CEAS e com o Fórum Estadual Permanente da Assistência Social - FEPAS/SC vêm lutando para ampliar o financiamento público estadual para a Assistência Social.

- Debate sobre a elaboração do PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS – PCCS/SUAS.

- Debate sobre o CAPACITASUAS-Programa Nacional

de Capacitação de Trabalhadores/as a ser gerenciado pelo Estado.

- Participação do FETSUAS/SC no Grupo de Trabalho que esta elaborando a Lei que institui o SUAS em SC –

- Participação do FETSUAS/SC na Plenária Descentralizada do CEAS/SC (23 e 24 de abril de 2013), com realização de reunião com os trabalhadores e trabalhadoras presentes ao Evento.

No âmbito nacional o FETSUAS/SC participou do Seminário Nacional do FNTSUAS: *Trabalhadores do SUAS: identidade e representação nos espaços públicos* e está participando da Comissão organizadora do segundo seminário nacional do FNTSUAS sobre o trabalho multidisciplinar no SUAS que ocorrerá em 20 e 21 setembro de 2013, na sede do Conselho Federal de Psicologia – CFP, em Brasília – DF (informações no Blog do FNTSUAS)

A plenária estadual é um espaço privilegiado de mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras, Fóruns, entidades representativas e decisivo para a definição das lutas e as estratégias coletivas rumo a valorização e ampliação dos direitos dos trabalhadores/as e usuários e da qualidade da política pública. 

Marliange da Silva

Me. Serviço Social
(CRESS nº 0918)

Representante Titular
CRESS/SC - FETSUAS/SC

MEIA FORMAÇÃO NÃO GARANTE UM DIREITO

Algumas questões recentes sobre Supervisão Direta de Estágio têm sido identificadas pela fiscalização dos CRESS de todas as regiões, registradas e problematizadas permanentemente no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS, muitas delas identificadas como irregularidades. Essas são questões que vêm exigindo, na perspectiva da Política Nacional de Fiscalização (PNF) do Conjunto, tanto ações políticopedagógicas, quanto orientações e/ou outras instruções normativas, a exemplo da Resolução CFESS nº568/2010, voltada à aplicação de multas, e da Resolução CFESS nº588/2010, que tratou de instruir na inscrição para fins de registro profissional, a emissão de declaração de estágio.

É nessa perspectiva que foi aprovada a Resolução CFESS nº 533/2008, que regulamenta a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social, atribuição privativa do/da Assistente Social, prevista no Artigo 5º, Inciso VI da Lei nº 8662/1993, representando um avanço na defesa da qualidade na formação e no exercício profissional do/da Assistente Social, ao normatizar e orientar “a relação direta, sistemática e contínua entre as Instituições de Ensino Superior, as instituições campos de estágio e o CRESS, na busca da indissociabilidade entre formação e exercício profissional”.

Pensando nisto, o CFESS disponibilizou a Cartilha Estágio Supervisionado - Meia Formação não Garante um Direito,

aos CRESS, aos/às supervisores/as (acadêmicos/as e de campo), aos/às estudantes e às/aos Assistentes Sociais

um conjunto de informações para consulta, que reúne, em um único documento, as determinações legais e normativas acerca da Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social, cujo processo constrói a relação indissociável entre formação profissional e trabalho profissional. Retire seu exemplar na sede do CRESS 12ª Região ou leia no site www.cress-sc.org.br no link downloads.

(fonte: Cartilha Estágio Supervisionado)



POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

Está disponível na sede do CRESS 12ª Região e no site www.cress-sc.org.br, no link downloads, a Cartilha Política de Educação Permanente. A brochura é uma publicação do CFESS – Gestão Tempo

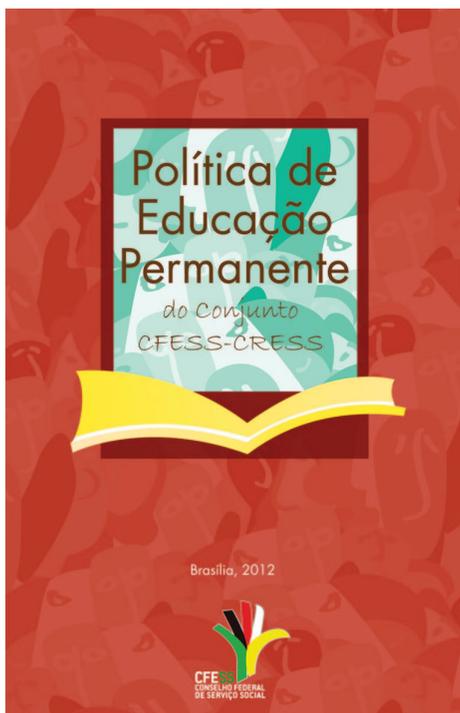
de Luta e Resistência (2011-2014), fruto de muita discussão e trabalho coletivo iniciado na gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta (2008-2011), com as contribuições da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

O documento foi organizado considerando a seguinte estrutura: reflexões do CFESS acerca da Política de Educação Permanente, demarcando seus pressupostos, concepções e articulação com os valores e princípios da profissão. Ressaltando a dimensão da educação permanente enquanto instrumento de luta ideológica e política da categoria profissional. Em seguida, as contribuições da Associação Brasileira de

Ensino e Pesquisa em Serviço Social e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social que sinalizam o panorama nacional da educação superior no Brasil e seus rebatimentos na formação dos/as Assistentes Sociais, chamando atenção para um contexto de reformas regressivas, precarização do trabalho e negação/violação dos direitos. Além dessas questões, reafirma a importância do movimento estudantil enquanto participante fundamental da organização política da categoria dos/as Assistentes Sociais no Brasil. Por fim, apresenta as diretrizes, objetivos e estratégias para a materialização da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS.

Não deixe de ler!

(Fonte: Política de Educação Permanente)



COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - COFI

No Semestre 2013/1, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), por meio da realização de visitas de orientação e fiscalização, reuniões, audiências e atendimentos na sede, efetivou o atendimento dos seguintes municípios: Florianópolis, Lages, Palhoça, Brusque, Leoberto Leal, São José, Gaspar, Imaruí, Laguna, São Ludgero, Tubarão, Guarimirim, São Pedro de Alcântara, Chapecó, Canelinha, Blumenau e Itajaí.

Neste sentido, faz-se relevante destacar que as principais demandas atendidas pela COFI estiveram relacionadas: às condições éticas e técnicas de trabalho, com ênfase nas questões relacionadas ao espaço físico, sigilo profissional, autonomia profissional, jornada de trabalho semanal (Lei nº 12.317/2010); às atribuições e competências profissionais, com ênfase na supervisão direta de estágio; e à inserção do Serviço Social nos campos de trabalho por meio de concurso público.

Vale citar ainda que as principais audiências realizadas pela COFI no Semestre 2013/1 foram junto aos seguintes órgãos: Ministério Público – Comarca de Palhoça – Promotoria da Moralidade Administrativa; Ministério Público – Comarca de Palhoça – Promotoria da Infância e da Juventude; Instituto de Psiquiatria de São José (IPQ); Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social de São Ludgero; Secretaria Municipal de Saúde de São José; Prefeitura Municipal de São José; Fundação Catarinense

de Educação Especial (FCEE) – São José; Justiça Federal de Santa Catarina; Defensoria Pública de Santa Catarina; Prefeitura Municipal de Canelinha; Associação Blumenauense de Amparo ao Menor (ABAM); Secretaria Municipal de Saúde de Brusque; Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação de Brusque; Associação de Amparo às Pessoas com Câncer (AAPC) – Itajaí; Delegacia da Mulher e de Proteção à Criança, ao Adolescente e ao Idoso de Itajaí; Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO) de SC.

No Semestre em questão, a COFI também teve atuação enérgica no que se refere ao aprofundamento do debate acerca da supervisão direta de estágio em Serviço Social, por meio da abordagem do tema em vários espaços, a exemplo do Fórum Local de Supervisão de Estágio em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Aula Inaugural do Curso de Serviço Social da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) e do Projeto “CRESS na Academia” junto a acadêmicos/as do Curso de Serviço Social da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Por fim, vale socializar que a COFI do CRESS 12ª Região participou, no período de 30 de maio a 01 de junho, do 8º Seminário Nacional das COFI's do Conjunto CFESS/CRESS, o qual ocorreu na cidade de Brasília/DF e possibilitou o aprofundamento do debate acer-

ca das seguintes temáticas: atribuições e competências profissionais; sigilo profissional; vinculação da realização de abordagens psicossociais e terapêuticas ao título e/ou ao exercício profissional do/da Assistente Social; supervisão direta de estágio em Serviço Social.

As Agentes Fiscais Assistentes Sociais Edinaura Luza (CRESS nº 4398) e Maiara Paula de Souza Arten (CRESS nº 4976), nesta ocasião, apresentaram o trabalho: “O uso de terapias no âmbito das atribuições de Assistentes Sociais: o projeto ético-político em questão”.

Neste sentido, as Agentes Fiscais expuseram experiências e reflexões relacionadas ao processo de implementação da Resolução CFESS nº 569/2010, a qual dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do/da Assistente Social. A apresentação situou que o CRESS 12ª Região, em especial a COFI, tem divulgado e debatido a Resolução CFESS nº 569/2010 nas visitas de orientação e fiscalização; reuniões com grupos, núcleos e/ou associações de Assistentes Sociais; e em outros espaços pertinentes, considerando: “ser competência de cada profissão regulamentada, respeitar os limites de sua atuação técnica, previstos na respectiva legislação, assegurado o princípio da interdisciplinaridade; [...] que a realização de terapias não possui relação com a formação profissional estabelecida nas diretrizes curriculares do curso

COMISSÃO AMPLIADA DE ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

Nesta edição a Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos apresenta o debate acerca da População em Situação de Rua e a atuação do/da Assistente Social como desafio histórico ao exercício e a formação profissional, seja pela sua heterogeneidade e complexidade, seja pela insuficiência e/ou falta de políticas, serviços e equipamentos adequados para encaminhamentos e atendimentos a estes usuários.

Para tal reflexão, a Comissão organizou o CRESS em Debate, que foi adensada a este jornal, ao qual sugerimos a leitura. Entendemos que este é mais um momento de formação, que se faz tão necessária ao exercício profissional frente



uma população tão aviltada de seus Direitos.

**Comissão de Ética e
Direitos Humanos**

Arte utilizada no CFESS Manifesta do 1º Congresso do Movimento Nacional da População de Rua (Arte: Rafael Werkema)

COMISSÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Prosseguindo com os trabalhos da Comissão de Políticas, seus integrantes planejaram e organizaram novos encontros descentralizados pelo Estado de Santa Catarina. O NUCRESS é uma estratégia de descentralização das ações do CRESS 12ª Região fortalecendo a categoria profissional

e ampliando os debates que são fundamentais aos Assistentes Sociais.

Após encerrar uma rodada de encontros pelo Estado com os profissionais para discutir sobre o NUCRESS, a Comissão de Políticas Sociais está organizando uma nova etapa, em que vai visitar as (04) qua-

tro regiões que ainda não foram contempladas com essa discussão.

Estão programados encontros para os próximos meses nas seguintes regiões:

Região 01 - São José; Região 02 - Lages; Região 07 - Joaçaba e Região 09 - São Miguel do Oeste.

COMISSÃO DE INSCRIÇÃO

DA INTERRUPTÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL PARA PROFISSIONAL ACOMETIDO/A DE DOENÇA

Com base nas Resoluções do CFESS - 582/2010 e 638/2012, os Conselhos Regionais poderão conceder isenção de anuidade aos/as Assistentes Sociais inscritos/as, por ter sido acometido de doenças crônico-degenerativa ou incapacidade por mais de seis me-

ses, mediante doença devidamente comprovada que impeça o exercício da profissão. Se persistir o impedimento, poderá ser prorrogado, a pedido da/o interessado/a sendo requerido anualmente. Para isto, será necessário o profissional solicitar a interrupção, via requerimen-

to próprio disponível no site do CRESS 12ª Região, bem como apresentação do Atestado/Laudo médico.

A suspensão do pagamento da anuidade será proporcional e corresponderá ao período de impedimento para o exercício profissional.



Entrevista

Com a Assistente Social:

Simone Matos Machado

Simone Matos Machado atualmente desenvolve suas atividades profissionais como Assistente Social lotada na Divisão de Serviço Social/Secretaria de Gestão de Pessoas/UFSC, é mestre em Sociologia Política, doutoranda em Serviço Social/UFSC e foi Pró-reitora Adjunta de Assuntos Estudantis da UFSC entre 10 de maio de 2012 à 30 de maio de 2013. Nesta entrevista fala sobre sua participação no I CCAS.

Via Social - Qual o significado de um espaço para publicação e apresentação da produção teórica e dos relatos de experiências dos/das Assistentes Sociais?

Simone M. Machado - Construir e participar de espaços de expressão das produções e experiências é uma condição necessária para o amadurecimento profissional do Assistente Social. Significa, não só a troca, mas o desenvolvimento de uma condição de pertencimento, ou seja, de fazermos parte de uma categoria profissional que possui um grande desafio na atual conjuntura. Dar visibilidade, sair dos espaços institucionais, compartilhar avanços significa socializar situações para nos fortalecermos na luta por conquistas dos direitos da classe trabalhadora, setores populares e vulneráveis, conforme tão bem coloca nossas diretrizes da Profissão. Portanto, dar visibilidade, trocar experiências e instrumentalizar o profissional para os desafios colocados especialmente pelas políticas públicas no contexto da sociedade Brasileira hoje, me parece o grande significado do que acabamos de vivenciar no CCAS.

Via Social - Qual a sua avaliação sobre o I CCAS?

Simone M. Machado - O I CCAS foi um espaço profundamente educativo e politizador. O primeiro aspecto que gostaria de ressaltar foi quanto à dinâmica utilizada, os diversos espaços, tanto de palestras como de encontros mais restritos por temáticas. Sua organização possibilitou a expressão das mais diversas questões que permeiam hoje nossa prática profissional. Considerei muito positivo o fato da maioria dos intelectuais das

mesas de palestras e debates serem nossos colegas do Estado, particularmente da UFSC, o que demonstra a maturidade e a valorização da nossa produção. Percebi muitas experiências profissionais sendo discutidas nos grupos temáticos e não inscritas, mas com certeza esta situação irá se alterar com a continuidade do processo desencadeado a partir do primeiro evento. Constituiu-se, portanto, num espaço também de crescimento e valorização das práticas profissionais na medida em que foi possível sair do isolamento e da individualização muitas vezes imposta pela lógica institucional na qual nos inserimos. Acredito que o primeiro congresso aponta para a necessidade de prosseguir e aprofundar politicamente as questões contraditórias que enfrentamos no cotidiano da nossa prática profissional.

Via Social - Em que medida esse evento fortalece a categoria, no âmbito da formação e do exercício profissional?

Simone M. Machado - No âmbito da formação por trazer à tona as contradições que permeiam nossa ação profissional, possibilitar a consciência das tarefas comuns que temos a construir, ampliar e politizar a visão da sociedade profundamente desigual e injusta na qual nos inserimos. Compreender o espaço que ocupamos na reprodução da sociedade capitalista brasileira, particularmente seus mecanismos de controle e deterioração das políticas públicas e direitos sociais, momentos de avanço e recuo, e a conscientização de que, dentro desta ordem da sociedade de classes, temos uma tarefa politicamente importante e contraditória na defesa dos direitos da classe trabalhadora e setores populares. Desvelar a compreensão ingênua da realidade que muitas vezes permeia nossas práticas, ao mesmo tempo diluir o excesso de responsabilidade que nos é imposto em vários espaços ocupacionais me parece a grande contribuição que um congresso local permite, sem sombra de dúvidas.

Via Social - Fale de sua experiência como profissional e da sua publi-



cação no CCAS.

Simone M. Machado - Minha publicação no Congresso tratou da construção de um espaço político organizativo da sociedade civil de Florianópolis, o Fórum da Cidade, na qual tive atuação direta como Assistente Social. Vinculada ao Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP) do Departamento de Serviço Social, enquanto Assistente Social servidora pública federal da UFSC, atuei como coordenadora de projetos de cunho político organizativo, assessorando o movimento, supervisionando estudantes, realizando prática sócio pedagógicas com os sujeitos protagonistas deste processo. Junto ao NESSOP foram quase 20 anos de trabalho numa rotina de reuniões semanais e ações diversas. Uma experiência sui generis no âmbito da profissão. A luta pelo direito à cidade foi o fio condutor desta experiência, além de retomar toda uma trajetória que o curso de Serviço Social possui com o associativismo de bairro, desde a sua criação. Agora, numa vertente mais crítica, o NESSOP em seu trabalho de assessoria, sustenta um espaço de ação profissional e vem possibilitando o aprendizado do fazer profissional nesta direção emancipatória. Trazer a experiência ao debate no CCAS foi muito importante, principalmente por perceber que mesmo indiretamente muitas das nossas práticas profissionais passam por processos de vinculação com os setores populares e seus processos organizativos (associações de moradores, fóruns comunitários, comitês ou comissões, etc...) e que desafios comuns nos são colocados quando enfrentamos as contradições entre o desejo destes grupos populares e a direção das políticas públicas nas quais nos inserimos como profissionais.

APROXIME-SE DA SUA REGIÃO

NUCRESS DA REGIÃO DE ITAJAÍ

Com a proposta de discutir e aproximar a categoria do CRESS 12ª Região, os profissionais da Foz do Rio Itajaí estão se reunindo periodicamente, ou seja, a cada dois meses, para realizar a discussão sobre a criação de um NUCRESS e aproximar os profissionais da Região para debater as questões que permeiam o cotidiano profissional.

Foram realizadas as seguintes reuniões:

- A primeira ocorreu no município de Itajaí, onde os profissionais elegeram como seu representante o Assistente Social Ederson Oliveira Lara;

- A segunda no município de Balneário Camboriú, onde foi eleita como representante a Assistente Social Dineusa Aparecida de Souza;

- A terceira reunião foi realizada no município de Itapema, que elegeu como representante a Assistente Social Leila Lau-

tert Valin. Foi eleita também nesta data, representando o município de Bombinhas, a Assistente Social Kátia Carolina Novaes de Melo Dal Ré.

O grupo de profissionais presentes decidiram que a próxima reunião ocorrerá no mês de setembro no município de Navegantes, para que os profissionais possam realizar a discussão e indicar seus representantes.

As reuniões descentralizadas foi a metodologia encontrada pelo Grupo para garantir a participação de todos os profissionais e assegurar os prin-

cípios que fundamentam a organização do NUCRESS, que são:

- Fortalecimento e a efetivação do Projeto Ético-Político da Profissão;

- A elaboração de planos e ações de trabalho que garantam a participação dos (as) Assistentes Sociais de todo o Estado de Santa Catarina;

- Assegurar o aprimoramento e a qualificação do exercício profissional e

- Fortalecimento e a valorização das entidades que representam a profissão.

Magali Régis Franz



Demonstrativo do Resultado do Exercício 01/01/2013 a 31/07/2013

DESPESAS OPERACIONAIS	R\$	RECEITA BRUTA	R\$
Despesas com Pessoal	290.410,13	Receita de Contribuições	857.714,17
Obrigações Patronais	65.900,74	Receita Patrimonial	18.146,48
Material de Consumo	7.191,52	Receita de Serviços	12.237,70
Serviço de Terceiros e Encargos	105.813,76	Transferências Correntes	0,00
Outros Serviços e Encargos	126.594,33	Outras Receitas Correntes	154.721,18
Diversas Despesas de Custeio	189,51	SUB-TOTAL	1.042.819,53
Fundo Nac. de Aux. aos CRESS	11.488,16		
Contribuição Pasep	1.953,12		
Despesas de capital	4.238,00	SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	429.022,26
SUB-TOTAL	613.797,27		

PARA USO DO CORREIO

Rua Dos Ilhéus, nº 38.
Sala 1004/1006
Ed. Aplub - Centro
88010-560 - Florianópolis - SC

- Mudou-se
 Endereço Insuficiente
 Não existe nº indetificado
 Desconhecido
 Inf. escrita pelo porteiro/síndico

- Não procurado
 Ausente
 Falecido
 Recusado

DATA

/ /

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM

/ /

ASSINATURA DO ENTREGADOR / Nº